

PF ouve envolvidos no caso Cinta-Larga

Gerson Alves

Da Redação

A Polícia Federal começou a ouvir esta semana as pessoas envolvidas no inquérito que apura as irregularidades na autorização e assinatura de um acordo firmado entre a Cemat, Funai, comunidade cinta-larga e Operação Padre Anchieta, para a construção da Usina Hidrelétrica de Juína, no rio Aripuanã. No acordo a Cemat se comprometia a indenizar os índios cinta-larga com interveniência da Funai fornecendo 10 mil litros de óleo diesel, dois barcos, um motor de popa, uma bomba d'água, uma moto-sera, freezer, caminhonete e pagamento em dinheiro no valor de 27 milhões de cruzeiros reais, em 12 parcelas. Também ficou acertado que a Cemat providenciaria com a máxima urgência a regulamentação da obra junto ao Congresso Nacional. Contudo, até agora nenhuma providência foi tomada neste sentido.

Percebendo as irregularidades do contrato, o Ministério Público Federal entrou com uma ação civil pública para tentar paralisar a construção da usina, mas foi em vão. Quando o processo começou a caminhar a obra já estava pronta e inaugurada. Agora o procurador da República em Mato Grosso, Roberto Cavalcante, está pedindo uma perícia para apurar o prejuízo que a reserva indígena teve com a inundação de 195 hectares. Segundo Cavalcante, o cálculo ambiental é bem maior do que o simples valor de mercado da área, sendo necessá-

rio um laudo mais amplo para se levantar as dimensões exatas do impacto ambiental e cultural, e depois transformar em uma indenização. A procuradoria também quer saber de que forma a Cemat fez o pagamento da indenização e para quem.

Para o procurador da República, tanto a União como a Cemat "assinaram um atestado de burrice" ao alegar que já foi pago a indenização dos índios baseado em um acordo totalmente irregular. Além de estar questionando a legalidade do acordo, o procurador disse que "é um absurdo" a União, sendo proprietária das terras dos índios, e a Funai, a quem cabe a tutela destes, admitirem que pelos consideráveis recursos aplicados na construção não houve nenhum prejuízo aos indígenas, e que a bacia

de reservatório da usina atingiu apenas uma parte insignificante da reserva, e que foram tomadas todas as cautelas para proteger o meio ambiente e preservar os interesses dos silvícolas.

O inquérito foi aberto pela Polícia Federal no dia 30 de abril de 1993, requisitado pelo Ministério Público, sendo que em setembro do mesmo ano a Funai prestou depoimento. Na época, a parte da reserva que fica situada na área indígena Serra Morena limite leste do parque, ainda não tinha sido inundada pelo reservatório da usina. Esta semana os diretores da Cemat prestaram depoimento, mas o delegado da Polícia Federal, Renato Lampert, não revelou o nome de quem foi convocado e as próximas pessoas que serão ouvidas.